

CONTRATO Nº 119/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICIPIO DE ESPUMOSO**– **RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.612.743/0001-09, com sede na Praça Arthur Ritter de Medeiros, S/N - Centro, Espumoso - RS, 99400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **GERSON LOPES RODRIGUES MACHADO**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, por outro lado, **INSTITUTO DE GESTÃO TERRITORIAL E GEOTECNOLOGIAS - IGTECH**, inscrito no CNPJ sob n° 38.110.662/0001-97, com sede na Rua Ouro Preto, 581, sala 702, Bairro Preto, Belo Horizonte-MG, neste ato representado por seu representante legal, Sr. PEDRO HENRIQUE FIGUEIREDO AUAÚJO, portador do CPF nº 124.700.946-74, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, para prestação de serviço conforme descrito na cláusula primeira "Do Objeto".

O presente contrato tem seu respectivo fundamento na Lei nº 14.133/21, sendo a dispensa de licitação na forma art. 75, inc. XV, e em conformidade com as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada que visa a revisão e atualização do Plano Diretor Municipal, essencial para o desenvolvimento ordenado e sustentável do Município de Espumoso-RS, conforme especificações e proposta:

1.1. Revisão do Plano Diretor Municipal:

1.1.1. Leitura Técnica: Levantamentos e Diagnósticos:

a) Aquisição e interpretação das informações cartográficas disponíveis e imagens de satélite para subsidiar a definição do



esforço amostral necessário para a caracterização ambiental e territorial.

- b) Levantamento bibliográfico e realização de levantamentos de campo para a composição do diagnóstico municipal e urbano. o Análises integradas em Sistema de Informação Geográfica (SIG) e aplicação da metodologia de Geodesign.
- c) Caracterização do município de Espumoso/RS através de revisão bibliográfica e análises de dados secundários.

1.1.2. Caracterização do Município:

- a) o Mapeamento do uso e cobertura da terra, biogeográfica e ecologia da paisagem, características geotécnicas/geomorfológicas, mapeamento das áreas de risco, e análise da distribuição espacial da população.
- b) Análise da evolução histórica da cidade e do território, identificando o núcleo inicial da cidade e principais períodos e fatores que determinaram a forma de ocupação.

1.1.3. Análise das Legislações Correlatas ao Objeto da Proposta:

- a) Avaliação do arcabouço jurídico pré-existente do município em relação às diretrizes de uso e ocupação do solo em seus aspectos físico-territoriais e ambientais.
- b) Análise da legislação municipal, incluindo lei de perímetro urbano, lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, legislação ambiental e similares.

1.1.4. Análise de Mobilidade, Acessibilidade e Capilaridade e Integração com o Plano Diretor:



a) Integração do Plano de Mobilidade Urbana, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código e Obras e Edificações com o Plano Diretor Municipal.

1.1.5. Análise Urbanística e Territorial:

- a) Leituras urbanísticas e territoriais estruturadas a partir de vertentes físicogeográfica, físico-morfológica, morfológico-funcional, socioeconômica e legal.
- b) Elaboração de matrizes SWOT e relatórios e mapas síntese.

1.1.6. Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária:

- a) Reuniões técnicas e oficinas de leitura técnica com participantes e locais definidos pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté.
- b) Oficinas de leitura comunitária para incluir a dimensão participativa dos munícipes no processo de planejamento urbano, desenvolvendo mapeamento colaborativo.

1.1.7. Diagnóstico e Propostas para o Planejamento e Gestão Territorial:

- a) Elaboração de mapas de síntese das leituras técnicas e comunitárias, identificando áreas de maior potencial para a expansão urbana, áreas a serem preservadas e estabelecimento dos zoneamentos urbano e municipal.
- b) Aplicação da metodologia de Análise de Multicritérios para a criação de sínteses de variáveis.

1.2. Produtos Gerados:

6



- **1.2.1**. Mapa síntese para o desenvolvimento e a expansão urbana do município.
- 1.2.2. Mapa de áreas prioritárias para conservação.
- 1.2.3. Mapa e Matriz de Interesses Conflitantes.
- 1.2.4. Mapas temáticos para cada variável analisada.
- **1.2.5**. Relatório de Diagnóstico.
- **1.2.6**. Planta do zoneamento urbano e municipal.
- 1.2.7 Minuta do Projeto de Revisão da Lei de Plano Diretor.

1.3. Audiências Públicas:

1.3.1. Realização de audiências públicas para colher subsídios e informações junto à sociedade, oferecendo aos interessados a oportunidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões relativas à elaboração do Plano Diretor.

1.4. Inovação no Planejamento Participativo:

- **1.4.1.** Utilização da plataforma digital para ampliar a participação popular por meio da tecnologia, coletando dados e espacializando as propostas no território.
- **1.4.2.** Realização de workshops interativos e auditáveis, promovendo um diálogo inclusivo e a troca de ideias entre os membros da comunidade.
- **1.5**. A CONTRATADA deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.
- 1.6. Durante o período de garantia do serviço, se porventura for realizado um novo chamado para o mesmo aparelho, em virtude do mesmo defeito, a manutenção dele estará acobertada pela



garantia sem que o reparo advenha em custo para o Município. A garantia dos serviços deverá ser cumprida independente do término ou rescisão do contrato, até o limite do prazo fixado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço para a prestação do serviço é de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), a ser pago em 12 parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.01.2007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

3390.39.00.00.00.00.0001 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado em 12 parcelas mensais mediante entregas parciais no decorrer do projeto conforme metodologia descrita na proposta apresentada pelo CONTRATADO;
- **4.2**. O pagamento correrá em até 30 (trinta) dias a contar da apresentação da nota fiscal e relatório de prestação do serviço.
- 4.3. Após o recebimento da nota fiscal, deverá ocorrer a liquidação da despesa, sendo que após isso será encaminhado para cronograma de pagamento.
- **4.4.** A nota fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da nota de empenho, número do processo de dispensa de licitação, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



- **4.5.** Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **4.6**. O CONTRATANTE fica isento do pagamento de qualquer despesa relativa a pessoal, tendo em vista que não há esse tipo de vinculação pelo presente instrumento.
- 4.7. Juntamente com a documentação fiscal, o CONTRTADO deverá apresentar as Certidões de Regularidade com INSS e FGTS devidamente atestadas pelo CONTRATANTE.
- **4.8.** Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.
- **4.9.** Deverá o CONTRATADO quando do faturamento, observar as disposições contidas no Decreto Municipal para fins de cumprir às regras de retenção dispostas IN RFB n. 1.234/2012, quanto ao Imposto de Renda Retido na Fonte.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

5.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e o CONTRATANTE compensará ao CONTRATADO com juros de 0,5% ao mês calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO

6.1. O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá ser reajustado a contar da data- base vinculada à data do orçamento estimado, através do índice INPC.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reajuste, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do requerimento.



CLÁUSULA SÉTIMA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômicofinanceiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato é de até doze (12) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/MODELO EXECUÇÃO CONTRATO

9.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer em conformidade com a metodologia descrita na proposta apresentada pelo CONTRATADO. Os procedimentos metodológicos seguirão as normas técnicas nacionais, observando os padrões de exatidão e as regulamentações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o devido pagamento ao CONTRATADO, nos termos do contrato;
- II. Dar ao CONTRATADO as condições necessárias à regular execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- III. Determinar as providências necessárias quando a prestação do serviço não observar a forma estipulada no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro do CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V. Cumprir todas as demais cláusulas do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. São obrigações do CONTRATADO:

- Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do instrumento de contratação direta e do contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo ao CONTRATADO o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo,



devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

- VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- VIII. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em instrumento de contratação direta e no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal ACÁCIO DOLCI ROSALEN e, o gestor será JORGE FELIPE ROSEMBACK STACHOVIACK, ou quem venha lhes substituir legalmente;
- **12.2.** Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- **13.1.** O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 13.2. O CONTRATADO estará sujeito às seguintes penalidades:
 - multa de 3% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
 - II. multa de 10% sobre o valor total atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato:
 - III. advertência ou suspensão do direito de participar em licitação do CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e ainda, declará-lo inidôneo para contratar ou transacionar com o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO

- **14.1.** As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO.
 - 14.1.1. A extinção do contrato poderá ser:



- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração,
 exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUNSTANCIDADO

- 15.1. Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão contratante designará uma comissão, com no mínimo 02 (dois) servidores, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUSNTANCIADO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 15.2. São condições indispensáveis para a efetiva emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITO, a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:
 - a) Certidão Negativa de Débito-CND;
- b) Projeto, utilizando as especificações do CREA/RS (ou similar) para a elaboração do referido projeto;
 - c) Licença ambiental de operação, quando for o caso.
 - d) Habite-se, quando for o caso.
- 15.3. O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras e serviços, não isenta o CONTRATADO das responsabilidades estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro. Após a assinatura do TERMO DE





RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o Foro de Espumoso (RS), para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Espumoso/RS, 21 de julho de 2.025.

GERSON LOPES Assinado de forma digital por GERSON LOPES MACHADO:085 MACHADO:08522839972

10:56:15 -03'00'

MUNICÍPIO DE ESPUMOSO CONTRATANTE

22839972

Documento assinado digitalmente PEDRO HENRIQUE FIGUEIREDO ARAUJO Data: 17/10/2025 09:42:27-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE GESTÃO TERRITORIAL E GEOTECNOLOGIAS

- IGTECH

CONTRATADO

Documento assinado digitalmente

GOV. DI ACACIO DOLCI ROSALEN Data: 17/10/2025 10:30:39-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

ACÁCIO DOLCI ROSALEN

Fiscal do Contrato

Conferido pelo Jurídico em

LUIZ ALBERTO SALLES FRUET

PROCURADOR JURÍDICO - OAB/RS 30.985